

Por Francisco Balestrin (*)



Desordem, agonia, desalento. Um estado de calamidade pode ativar as mais extremas e subversivas condições humanas. No Brasil, todas elas definem o quadro da assistência e a realidade de milhões de usuários do sistema.

Esse é o sinistro da Saúde. O produto final da importância que as atuais lideranças políticas atribuem ao setor: ou seja, nenhuma. Há pelo menos duas décadas, os cargos públicos da área são utilizados como trampolim e malabarismo de interesses políticos, o que transforma a Saúde em um picadeiro de pessoas incapacitadas ou ideologicamente comprometidas. Só que não há graça alguma nesse espetáculo de mau gosto.

Vivemos os efeitos de anos de banalidades, decisões equivocadas e discursos esquecidos imediatamente após a conquista de uma eleição. E, como não existe uma política nacional de Saúde, tampouco a sustentabilidade de medidas implementadas com êxito em administrações passadas, instala-se o retrato do absurdo. Uns chamam também de visão do inferno: vemos, por exemplo, a epidemia de doenças infectocontagiosas, que há muito tempo deveriam estar controladas, e o deplorável estado da saúde pública do Rio de Janeiro, provocado pelo desequilíbrio das finanças do estado e a má gestão dos recursos.

Não é apenas por ter o segundo maior orçamento da União que a Saúde se tornou uma vitrine para gente sem propósitos. Trata-se também de poder, influência e alcance. A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), um dos braços do Ministério da Saúde, regulamenta os cuidados a 50 milhões de cidadãos, enquanto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), outro alicerce do Ministério, controla tudo o que nos trata, veste, alimenta e sustenta. Isso significa que todo brasileiro, em algum momento da vida, terá contato e será impactado pelo que é feito lá em cima.

Em um momento de dificuldade tão grande como este, em que o desemprego se alastra por todo o País, a qualidade da assistência deveria estar no centro das políticas protetoras da população. No entanto, da perspectiva daqueles que se apressam e se corrompem para proteger a si mesmos, a saúde, apesar de vital, não lhes serve nem ao menos como ferramenta para manutenção do poder.

Hoje, a política adotada em nosso país é a do pão e circo, a mesma utilizada pelos antigos romanos para tapar os olhos da população em relação às mazelas e à pobreza a que eram submetidos.

O fato é que a sociedade brasileira ainda não aprendeu a enxergar saúde como um bem coletivo. Quem sofre somos você, eu e, no máximo, as pessoas que se importam conosco. Do mesmo jeito, o investimento na área retorna individualmente, em forma de qualidade de vida, dignidade e capacidade produtiva exclusivas de cada indivíduo.

Contraditório, não? E, de nossas contradições, se alimentam as lideranças políticas.

Em um comentário recente para a rádio CBN, o jornalista Kennedy Allencar, ao opinar sobre os desastrosos rumos do Ministério da Saúde e do controle das epidemias da dengue e do zika vírus, disse: “Essas doenças são assuntos sérios demais para fingir que dá para ir empurrando esse problema com a barriga”.

Não dá para empurrar um sinistro da Saúde com a barriga.

(O Ministério da Saúde adverte: não confunda ministro com sinistro da saúde.)

(*) **Francisco Balestrin** é Presidente do Conselho da Anahp.

Fonte: [Blog do Presidente Anahp](#), em 02.02.2016.